ENTREVISTA

Roberto Caldas

Combate ao trabalho escravo deve ter prioridade

PÁGINA 15

Ano VI nº 65 – JULHO/AGOSTO – 2011

ANPT

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

ANPT promove debate entre candidatos ao cargo de procurador-geral do Trabalho

Fotos: Ascom/ANPT

O debate, transmitido ao vivo para todo o país, permitiu que os candidatos expusessem seus planos de trabalho. Após eleição, definição de lista tríplice e nomeação pelo procurador-geral da República, o subprocurador-geral do Trabalho Luis Antonio Camargo de Melo tomou posse como novo procurador-geral do Trabalho.

PÁGINA 9

Foto: Ascom/ANPT

Entidades de classe definem ato público

Dia Nacional de Mobilização pela Valorização da Magistratura e do Ministério Público será realizado no dia 21 de setembro. Entidades de classe da magistratura e do MP vêm realizando diversas reuniões para acertar detalhes sobre o evento.

PÁGINA 3

TRABALHO TERCEIRIZADO

ANPT participa de audiência que discute o tema.

Página 4

PONTO ELETRÔNICO

Grupo de trabalho estuda portaria ministerial. Associação divulga nota.

Página 7

Caro associado,

O bimestre julho/agosto comprovou que toda regra tem sua exceção, pois, normalmente, estes são meses conhecidos por serem mais "tranquilos" em relação aos trabalhos associativos. Este ano, entretanto, tal período foi bastante movimentado. Isso mostra, mais um vez, que a atuação da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) está, de fato, cada vez maior.

No mês de julho tivemos o debate entre os candidatos ao cargo de procurador-geral do Trabalho, promovido pela ANPT, e transmitido para todo o país, por meio do *site* da entidade e pelo sistema de videoconferência do Ministério Público do Trabalho. A transparência e eficiência no debate foram as nossas maiores preocupações e acreditamos que conseguimos atingir nossos objetivos.

Ao longo desse período tivemos, ainda, diversas reuniões entre os integrantes das entidades representativas da magistratura e do Ministério Público a fim de definirmos o Dia Nacional de Mobilização pela Valorização da Magistratura e do Ministério Público, a ser realizado no próximo dia 21 de setembro. Esse ato, inédito na história de luta das associações, serve para pedirmos mais atenção dos poderes públicos por questões fundamentais para o desempenho de nosso trabalho, como saúde, segurança e previdência. Na ocasião, serão enfatizados os pleitos atinentes a uma política remuneratória mais justa para as categorias.

Ademais, a ANPT se fez presente em audiência pública na Câmara dos Deputados, que discutiu o trabalho terceirizado, assim como participou, também, da instalação do Fórum Nacional de Terceirização, do MPT. Este tema, que está presente em nossa atuação diariamente, requer bastante atenção e cuidado.

Participamos, ainda, da inauguração da sede do MPT no Rio Grande do Norte, que proporcionará mais conforto e dinamismo aos procuradores lotados naquela Região, da PTM do município de Itabuna, assim como da nova unidade da instituição na capital catarinense. Estivemos, ainda, nas posses dos novos conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público, do procurador-geral da República, assim como do novo procurador-geral do Trabalho, a quem desejamos um profícuo mandato.

Por fim, reiteramos que no próximo mês acontece o 23º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho, em Cumbuco (CE). A diretoria da ANPT está elaborando o evento com muita atenção e com a certeza de que este será um momento de profunda troca de experiências e, é claro, de lazer.

Boa leitura!

Diretoria da ANPT

CURTAS

Comendas da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) realizou no dia 11 de agosto a solenidade anual de entrega das comendas da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho. O vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, representou a entidade na ocasião. A comenda, criada há 37 anos, destina-se a homenagear pessoas ou instituições que se destacaram em suas atividades ou prestaram relevantes serviços ao país.

Nova diretoria da APMP toma posse em Curitiba

O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou no dia 29 de julho da posse da nova diretoria da Associação Paranaense do Ministério Público (APMP). A solenidade aconteceu na sede administrativa da APMP, em Curtiba.

Reeleito no final de junho, Wanderlei Carvalho da Silva foi empossado no cargo de presidente da entidade. Em seu pronunciamento, afirmou que sempre há uma motivação e uma boa vontade para que tudo seja concretizado e realizado. Também tomaram posse os integrantes da diretoria executiva e dos conselhos consultivo e fiscal da APMP.

Foto de ex-presidente do STF é descerrada

O vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou no dia 10 de agosto da solenidade de aposição da foto do ministro Gilmar Mendes na galeria de ex-presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF). A solenidade foi conduzida pelo atual presidente do STF, ministro Cezar Peluso, que ressaltou a importância da gestão de Gilmar Mendes, não somente no STF, como também no Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

EXPEDIENTE **Diretoria ANPT - Biênio 2010/2012**

Sebastião Vieira Caixeta
PRESIDENTE

Carlos Eduardo de Azevedo Lima
VICE-PRESIDENTE

Ana Luiza Alves Gomes
SECRETÁRIA-GERAL

Maurício Correia de Mello
DIRETOR FINANCEIRO

Isabella Gameiro da Silva Terzi
DIRETORA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Marici Coelho de Barros Pereira
DIRETORA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Mariana Flesch Fortes
DIRETORA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Adriana Holanda Maia Campelo
DIRETORA SOCIAL E DE EVENTOS

Catarina Von Zuben
DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

Lair Carmen Silveira da Rocha Guimarães
DIRETORA

Yamara Viana de Figueiredo
DIRETORA

Raulino Maracajá Coutinho Filho
DIRETOR

INFORMATIVO ANPT: Edição e redação: Gustavo Rocha, Revisão: Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Estagiária: Natália Moraes, Projeto Gráfico e Diagramação: Júlio Leitão, Tiragem: 1.400 exemplares. **CONTATO:** Tel.: (61) 3224.5720, E-mail: imprensa@anpt.org.br, Site: www.anpt.org.br , Endereço: SBS, Qd. 02, Bl. "S", Salas 1103 a 1105, CEP: 70070-904 – Brasília-DF.

Entidades definem ato nacional pela valorização da magistratura e do MP

Representantes de entidades associativas da magistratura e do Ministério Público estiverem reunidos no dia 24 de agosto na sede social da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT). Na reunião, coordenada pelo presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, o grupo definiu detalhes sobre o Dia Nacional de Mobilização pela Valorização da Magistratura e do Ministério Público, que será realizado no dia 21 de setembro.

O evento visa a chamar a atenção da sociedade e dos Poderes da República no que se refere à segurança, saúde, sistema de previdência e política remuneratória dos membros da magistratura e do Ministério Público. O ato, que pretende reunir participantes de todo o país em Brasília, terá início nas dependências do Congresso Nacional, seguindo em caminhada até o Supremo Tribunal Federal (STF). Os manifestantes entregarão uma Carta Aberta ao presidente do STF e ao procurador-geral da República pleiteando mais atenção aos problemas que afligem as categorias.

Ao longo dos meses de julho e agosto, diversas reuniões entre os representantes das entidades que participarão do ato aconteceram em diferentes associações. Cada detalhe do evento tem sido trabalhado para que a mobilização seja realizada com sucesso. Nesse sentido, a participação dos associados das entidades é fundamental e cada entidade deverá levar, pelo menos, 10% de seu quadro associativo.

Representantes das entidades associativas na sede da AMPDFT

Foto: Ascom/ANPT

FRENTAS discute ato Nacional na sede da ANPR

Foto: Ascom/ANPT

Grupo reunido na sede da ANAMATRA

Foto: Ascom/Anamatra

SOBRE O ATO

O Dia Nacional de Mobilização pela Valorização da Magistratura e do Ministério Público será um ato organizado pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União (FRENTAS), que reúne, além da ANPT, atual coordenadora da Frente, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a Associação dos Magistrados da Justiça Militar Federal (Amajum), a Associação dos Magistrados do Distrito Federal e Territórios (AMAGIS/DF), a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), a Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM) e a Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT). A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), assim como a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), também participarão do ato.

ANPT participa de audiência pública sobre trabalho terceirizado

Foto: Ascom/ANPT

"É necessária muita atenção ao se falar sobre o trabalho terceirizado", disse o presidente da ANPT

Audiência pública da Comissão Especial sobre Trabalho Terceirizado, da Câmara dos Deputados, debateu, no dia 6 de julho, o trabalho terceirizado com especialistas renomados na área. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, participou da audiência, proposta pelos deputados Alfredo Kaefer (PSDB-PR), Assis Melo (PCdoB-RS) e Roberto Santiago (PV-SP).

Segundo o presidente da ANPT, o número de trabalhadores terceirizados no Brasil, "é bastante expressivo e por esse motivo é necessária muita atenção ao se falar sobre o assunto, principalmente ao se observar as circunstâncias a que estão submetidos muitos desses trabalhadores", disse. O procurador falou, também, sobre os requisitos necessários para uma terceirização lícita, e defendeu, ainda, a isonomia de direitos como um dos pressupostos básicos de uma lei que pretende regulamentar o trabalho terceirizado.

Outro aspecto levantado pelo presidente da ANPT foi que de cada dez acidentes de trabalho que acontecem no Brasil, oito são registrados em empresas terceirizadas. Ao final, o representante da ANPT lembrou que a terceirização no serviço público é outro fator extremamente grave. Segundo ele, é necessário um olhar especial porque ela se distingue da terceirização realizada no setor privado, pois passa por critérios muito bem definidos, como, por exemplo, a necessidade de licitação, com o menor preço. Nesse sentindo, muitas vezes uma empresa é contratada por um valor inexequível, e desde o início não consegue pagar seus funcionários. No final da relação de trabalho, o trabalhador fica prejudicado por não receber suas verbas rescisórias e, em alguns casos, nem salários devidos.

Fórum Nacional de terceirização é instalado com a presença da ANPT

Foto: Ascom/ANPT

Azevedo Lima lembrou que nas audiências públicas promovidas a terceirização foi um dos assuntos mais abordados pela sociedade.

Foi lançado no dia 27 de julho, no auditório do Ministério Público do Trabalho (MPT), o Fórum Nacional de Terceirização. O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, representou a entidade na ocasião.

Durante a solenidade, o vice-presidente da entidade reforçou a importância de se discutir o tema e ressaltou que a ANPT tem acompanhado a matéria com grande atenção, em diferentes esferas, destacando a atuação cotidiana da Associação junto ao Congresso Nacional, não olvidando outras "frentes", tais como o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior do Trabalho (TST). Azevedo Lima lembrou, ainda, que nas audiências públicas promovidas pelo MPT, a terceirização foi um dos assuntos mais abordados pela sociedade. "Louvamos a criação de um Fórum como esse, que tem por finalidade tema de tão grande relevância e repercussão social, razão pela qual reputamos imprescindível que trabalhemos em conjunto para buscar otimizar os resultados", disse.

A iniciativa de criação do Fórum Nacional de Terceirização surgiu como produto de audiências públicas realizadas pelo MPT nos dias 4 e 5 de abril, em Brasília e em São Paulo, respectivamente. De acordo com o procurador-geral do Trabalho, o objetivo das audiências foi o de ouvir as demandas da sociedade, criando um canal de interlocução mais próximo.

Ato público em favor do PL que cria a Comissão Nacional da Verdade

Vice-presidente da ANPT representou a entidade no ato público

Foto: Ascom/OAB

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), representada por seu vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou no dia 11 de agosto do ato público em favor do Projeto de Lei 7376/2010, que cria a Comissão Nacional da Verdade, no salão nobre da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Pelo projeto, a Comissão Nacional da Verdade, a ser composta de sete membros designados pelo presidente da República, tem a finalidade de examinar e esclarecer violações aos direitos humanos ocorridos no período compreendido entre 1946 e 1985.

Durante o ato público, o vice-presidente da ANPT ressaltou a relevância de se vir a instituir a Comissão da Verdade com máxima brevidade, enfatizando que ela não deve ter caráter de revanchismo histórico ou algo do tipo, mas sim, como seu próprio nome já indica, apurar os fatos de maneira circunstanciada e levá-los ao conhecimento da sociedade. "Precisamos conhecer efetivamente o passado, inclusive para, com base na apuração detalhada do que ocorreu, podermos extrair lições importantes e, especialmente, podermos evitar, com maior eficiência, a repetição de graves erros", afirmou.

No ato público foi lançado manifesto cobrando celeridade na apreciação e aprovação do projeto da Comissão Nacional da Verdade. O documento já conta com a adesão de diversas entidades da sociedade civil, dentre elas a ANPT, e vai circular o país em busca de adesões.

Participaram do ato público, além do vice-presidente da ANPT, a ministra da SDH, Maria do Rosário Nunes, o presidente do Conselho Federal da OAB, Ophir Cavalcante, entre outras autoridades.

Audiência Pública realizada pela Coordigualdade tem participação da ANPT

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, participou no dia 16 de agosto de audiência pública realizada pela Coordenadoria Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho (Coordigualdade), do Ministério Público do Trabalho (MPT), a qual teve, dentre seus objetivos, debater com a sociedade e entidades ligadas às questões relacionadas à inclusão nos ambientes de trabalho de pessoas com deficiência ou reabilitadas.

Segundo o presidente da ANPT, o MPT tem um compromisso com essa causa. "O MPT tem a importante tarefa de atuar nessa área promovendo a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal", disse.O público da audiência participou relatando experiências e sugerindo estratégias para o avanço nas leis de cota e de políticas públicas no combate à exclusão social e à discriminação no trabalho.

Sebastião Caixeta participou da audiência pública promovida pela Coordigualdade

Foto: Ascom/ANPT

ANPT
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

dynamus clube

Na mabe você encontra descontos arrasadores feitos especialmente para você. Confira!

Tudo em **até 10X sem juros** no cartão e com **FRETE GRÁTIS**

Promoção válida somente até o dia 30/09/2011

Refrigerador RFGE 465 Frost Free Branco
RFGE465EDA1BR

- 403 Litros
- Painel digital na porta
- Mostrador frontal de temperatura
- Compartimento de resfriamento rápido

de **R$ 2.199,00** por apenas

R$ 1.649,00
economize R$ 550,00
ou em **10x de R$ 164,90**

Fogão Evidenza 4 bocas Branco
FGCT004PEVDA0BR

de **R$ 749,00** por apenas

R$ 529,00
economize R$ 220,00
ou em **10x de R$ 52,90**

Continental

Refrigerador RFCT515 Frost Free Branco
RFCT515EWA1BR

de **R$ 2.499,00** por apenas

R$ 1.874,00
economize R$ 625,00
ou em **10x de R$ 187,40**

Continental

Fogão GE Grill 4 Bocas Inox
FGGE004PGRDA0IN

de **R$ 1.399,00** por apenas

R$ 949,00
economize R$ 450,00
ou em **10x de R$ 94,90**

Lavadora Evolution 13 Kg Branca
LVCT1330LA1BR

de **R$ 1.299,00** por apenas

R$ 974,00
economize R$ 325,00
ou em **10x de R$ 97,40**

Continental

Micro-ondas 22Litros Branco
MOCT022SD2A1BR

de **R$ 299,00** por apenas

R$ 219,00
economize R$ 80,00
ou em **10x de R$ 21,90**

Continental

Para ter acesso as nossas ofertas acesse:

www.lojamabecorp.com.br/dynamus

Ou ligue 4003-5610 ou 0800-885-5610

Fotos meramente ilustrativas. Produto sujeito a disponibilidade de estoque. Consulte cores e voltagens disponíveis para cada produto. Promoção não acumulativa com outras promoções vigentes. Prazo de entrega informado no final da compra no site. Para dúvidas, críticas ou sugestões entre em contato com o seu CPF e número de pedidos em mãos (11) 2126 1951 ou duvidas.lojamabe@mabebr.com

GE imagination at work · Continental · DAKO FAÇA MAIS POR VOCÊ

Grupo de trabalho que discute sistema de registro eletrônico de ponto tem participação da ANPT

Foto: Ascom/ANPT

Portaria entraria em vigor no dia 1º de setembro

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, participou no dia 22 de julho de reunião técnica do grupo de trabalho relativo ao Sistema de Registro Eletrônico de Ponto (SREP), coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O objetivo do grupo, que se reuniu semanalmente até o inicio de setembro, foi elaborar estudos técnicos com vistas à revisão e ao aperfeiçoamento do sistema e a ANPT é uma das entidades que apoiam o SREP.

Durante a reunião, o presidente da ANPT reforçou o interesse da Associação no tema e destacou que a entidade já tem acompanhado o desdobramento do assunto no Congresso Nacional. Caixeta lembrou, ainda, a necessidade de se encontrar um ponto de equilíbrio no Registrador Eletrônico de Ponto. "Temos que encontrar um meio que traga segurança aos trabalhadores", disse.

A criação do grupo de trabalho para discutir o tema surgiu com a Portaria nº 373 de 25 de fevereiro de 2011, que entraria em vigor no dia 1º de setembro, mas por determinação do MTE o prazo foi adiado, novamente, para o dia 3 de outubro.

ANPT declara apoio à Portaria Ministerial que trata sobre o uso obrigatório do REP

A ANPT divulgou no dia 30 de agosto nota pública onde declarou seu apoio à Portaria Ministerial nº 1.510, datada de 21 de agosto de 2009, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e solicitou ao ministro de Estado de Trabalho que fosse mantido o prazo final para adoção do Registrador Eletrônico de Ponto (REP), sem novas prorrogações. A Portaria trata do uso obrigatório do REP para o registro da jornada de trabalho dos empregados em todas as empresas que optarem por realizar controle eletrônico de ponto. Após alguns adiamentos, a data prevista para a norma entrar vigor era o dia 1º de setembro.

No documento, a ANPT, ressaltando a necessidade de vigência imediata do REP, reputou como infundadas as críticas dos empregadores que julgam a medida onerosa e fonte geradora de burocracia na relação entre patrões e empregados. A entidade argumentou acreditar, ainda, que a medida só trará benefícios e segurança para os trabalhadores e apresentou uma série de razões para sua aprovação.

Ao final do texto, a entidade lembrou, ainda, que o Grupo de Trabalho criado para estudar e avaliar a Portaria, após apreciar proposta alternativa apresentada pelas confederações patronais, chegou à conclusão de que as sugestões possíveis de serem acatadas já se encontram contempladas na portaria nº373, de 2011, que admite sistemas alternativos ao REP mediante acordo coletivo de trabalho. "Já em relação a outras questões abordadas na proposta analisada, não se conseguiu demonstrar a manutenção da imprescindível segurança para o sistema, motivo pelo qual fora rejeitada a proposta pelo colegiado que compõe o referido Grupo de Trabalho".

Veja a seguir as razões apontadas pela ANPT para a aprovação da portaria:

1) O Registrador Eletrônico de Ponto (REP) permitirá o desejado controle de entradas e saídas dos empregados nos locais de trabalho, sendo impossível a alteração dos dados de abertura e fechamento de ponto, ao contrário do que ocorre com outros sistemas eletrônicos;

2) Feita exclusivamente pelo trabalhador, a marcação permanecerá registrada na memória dos aparelhos, sendo que os tíquetes impressos a cada entrada e saída do empregado constituem comprovantes das horas extras trabalhadas;

3) A exigência de termo de responsabilidade emitido pelo fabricante do equipamento e dos programas utilizados, bem como de registro das máquinas e dos *softwares* no Ministério do Trabalho e Emprego representará maior conforto e segurança para trabalhadores e empregadores, garantindo a inviolabilidade do sistema;

4) O alegado custo de instalação do novo equipamento pelas empresas optantes do sistema de ponto eletrônico, que não é obrigatório, é muito inferior ao gasto com outras modalidades de controle de jornada e ao prejuízo sofrido por trabalhadores de todo o país com a adulteração dos registros nos atuais sistemas de ponto, que se prestam à manipulação do gestor do programa para sonegação das horas extras trabalhadas;

5) A adoção de padrão unificado para todas as empresas elimina a concorrência desleal de quem age de má-fé, fraudando o ponto eletrônico, frente aos empregadores que agem corretamente.

ANPT participa de solenidade de posse do novo procurador-geral do Trabalho

Foi realizada no dia 26 de agosto, no auditório da Procuradoria-Geral da República, a solenidade de posse do novo procurador-geral do Trabalho, Luis Antonio Camargo de Melo, para o biênio 2011-2013. O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, juntamente com o diretor financeiro da entidade, Maurício Correia de Mello, representou a Associação no evento.

Azevedo Lima. em nome da ANPT, discursou na posse do novo PGT

Foto: Ascom/ANPT

Em seu discurso, o vice-presidente da ANPT parabenizou a gestão anterior do MPT, capitaneada por Otavio Brito Lopes, que, segundo ele, soube liderar a instituição com dedicação e com envolvimento permanente, voltando-se para o engrandecimento do MPT. Azevedo Lima lembrou, também, que nem sempre as visões da diretoria da ANPT coincidiram com as visões da Administração, embora o diálogo entre a entidade e a instituição, mesmo nos casos de divergência, nunca tenha se mostrado inviável.

Sobre a posse do novo procurador-geral do Trabalho, o representante da ANPT ressaltou a importância simbólica do ato e lembrou que, com o início da nova gestão, as energias serão renovadas, assim como os sentimentos, ideias e atitudes que passam a integrar a instituição.

Azevedo Lima lembrou o trabalho articulado da ANPT, no sentido de defender os interesses de seus associados. "Não tomamos decisões para agradar, nem tampouco para desagradar, a ninguém em especial, mas sim, sempre, visando ao alcance do bem de todos", disse. O vice-presidente comentou, ainda, sobre o trabalho da Associação por uma política remuneratória mais justa e eficaz para os membros do Ministério Público, assim como a luta por um tratamento mais adequado para as questões atinentes à segurança, à saúde e ao sistema de previdência dos membros, "questões essas que são tratadas incansavelmente pelas entidades de classe que compõem a FRENTAS", enfatizou.

Caminhando para o final de seu discurso, o procurador reafirmou a certeza de que a independência da ANPT na formação de suas próprias convicções e na tomada de suas próprias decisões não deverá ser um empecilho para a administração que se inicia ou para qualquer outra administração. Segundo ele, esta independência será essencial para tornar possível que o desejo da maioria dos membros do MPT seja ouvido.

Procuradores do Trabalho prestigiaram a posse

Foto: Ascom/ANPT

Dispositivo de honra da posse do PGT realizada no gabinete do PGR

Foto: Ascom/PGR

O novo procurador-geral do Trabalho relembrou sua trajetória dentro do MPT onde atuou durante 10 anos nas áreas de combate ao trabalho infantil, escravo e, também, no combate à discriminação de trabalhadores. Camargo de Melo afirmou que, após essas experiências, sente-se preparado para assumir o cargo. "Liderar uma instituição como o MPT é um desafio, mas que farei com muito orgulho", informou.

Já no dia 22 de agosto, o procurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos, havia empossado formalmente o novo procurador-geral do Trabalho, em solenidade realizada em seu gabinete. Na ocasião, o vice-presidente da ANPT representou a entidade.

Em seu pronunciamento, o empossado elogiou a postura do procurador-geral da República que, respeitando a vontade do Colégio de Procuradores do Trabalho, nomeou o candidato mais votado dentre os integrantes da lista tríplice formada para escolha do novo procurador-geral do Trabalho, destacando, ainda, seu intuito de trabalhar, na gestão que ora se inicia, tendo por escopo atender aos anseios dos membros da instituição. "O que posso dizer aos colegas procuradores e procuradoras é que não vou decepcioná-los, pois tenho um compromisso muito forte com a instituição e com os seus membros", ressaltou Camargo.

* Confira a cobertura completa das solenidades no *site* www.anpt.org.br

Debate entre candidatos ao cargo de PGT é promovido pela ANPT

Foi realizado no dia 21 de julho, pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), em Brasília, debate entre os candidatos ao cargo de procurador-geral do Trabalho. O evento possibilitou aos associados da entidade conhecer melhor as propostas de trabalho de cada candidato. O debate durou cerca de três horas e contou, também, com a participação dos delegados da entidade, que puderem fazer perguntas, previamente formuladas no âmbito das suas respectivas Regionais, e discutidas em reunião conjunta com a diretoria da ANPT, aos candidatos.

Debate entre os candidatos ao cargo de PGT

Foto: Ascom/ANPT

Colégio de delegados discute os últimos detalhes do debate

Foto: Ascom/ANPT

Disputam o cargo de procurador-geral do Trabalho a procuradora do Trabalho da 9ª Região Margaret Matos de Carvalho, os procuradores da 10ª Região Adélio Justino Lucas e Valdir Pereira da Silva, e os subprocuradores-gerais do Trabalho Luis Antonio Camargo de Melo e Ronaldo Curado Fleury.

Entre os temas abordados nas perguntas apresentadas pelos delegados da ANPT estavam a perspectiva dos candidatos em relação a uma possível continuidade ao planejamento estratégico da instituição, criação de novos cargos de servidor e garantia de estrutura mínima de gabinete para cada membro da instituição. Foi levantada, ainda, a questão das inspeções da Corregedoria do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) nas unidades do MPT, critérios para escolha de procuradores-chefes, coordenadores nacionais e regionais, pagamentos de diárias, entre outros.

A eleição para a escolha da lista tríplice aconteceu no dia 2 de agosto. Ao todo foram 977 votos. Destes, 338 foram para o atual procurador-geral do Trabalho. Em segundo lugar, com 335, ficou o subprocurador-geral Ronaldo Curado Fleury, e em terceiro a procuradora do Trabalho da 9ª Região Margaret Matos de Carvalho, com 162 votos. Os procuradores do Trabalho da 10ª Região Adélio Justino Lucas e Valdir Pereira da Silva tiveram, respectivamente, 72 e 68 votos.

Diretoria visita procurador-geral do Trabalho

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, acompanhado do vice-presidente da entidade, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e do diretor financeiro, Maurício Correia de Melo, visitou no dia 17 de agosto o então procurador-geral do Trabalho, Otavio Britto Lopes. Tratou-se de uma visita de cortesia da diretoria da Associação à chefia da instituição à época, haja vista que o mandato do procurador-geral do Trabalho terminaria no dia 20 de agosto.

Foto: Ascom/ANPT

Otavio Britto Lopes recebeu a visita da ANPT

Na oportunidade, foram apresentados votos de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido por Otavio Britto Lopes e pelo ex-vice-procurador-geral do Trabalho, Jeferson Coelho, juntamente com sua equipe, à frente da administração do Ministério Público do Trabalho ao longo dos últimos quatro anos. Foram destacados projetos como o MPT Digital, o planejamento estratégico, o Sistema de Inteligência do Ministério Publico do Trabalho, o MPT Transparente, o DRH Excelência, dentre vários outros, que, como frisou o presidente da ANPT, "muito contribuíram para o engrandecimento do MPT e para uma maior profissionalização administrativa da instituição".

Empossada nova diretoria da ANMPM

Foto: Ascom/ANPT

Diretoria da ANPT reunida com representantes de outras entidades

Foi empossada no dia 8 de agosto a nova diretoria da Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM), para o biênio 2011/2013. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o diretor financeiro, Maurício Correia de Melo, representaram a entidade na solenidade.

O subprocurador-geral do Ministério Público Militar Marcelo Weitzel foi reconduzido ao cargo de presidente da ANMPM. Em seu discurso de posse, Weitzel agradeceu a presença de todos, ressaltando a relevância do trabalho em parceria com as demais entidades de classe do Ministério Público, e reforçou que pretende trabalhar ainda mais para corresponder à confiança depositada. "Pretendo consolidar o que vem sendo realizado. Neste momento, mostra-se relevante trabalharmos por uma maior valorização da carreira do Ministério Público, inclusive no que tange à definição de uma política remuneratória mais adequada", destacou.

Conselheiros do CNMP são empossados com a presença da ANPT

Foto: Ascom/Conamp

Posse dos conselheiros do CNMP para o biênio 2011/2013

Foram empossados ao longo do mês de agosto os novos conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), para o biênio 2011/2013. A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) se fez presente por meio de seu presidente, Sebastião Vieira Caixeta, e vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, nas solenidades de posse.

A primeira, realizada no dia 10 de agosto, empossou cinco novos conselheiros e três conselheiros reconduzidos para o CNMP, dentre eles o representante do Ministério Público do Trabalho naquele colegiado, o subprocurador-geral do Trabalho Jeferson Luiz Pereira Coelho. Reconduzida ao cargo, Maria Ester falou em nome dos empossados, destacando que a missão do CNMP ultrapassa a fiscalização e o controle do MP. "O Conselho busca integrar e ser parceiro dos Ministérios Públicos no seu desenvolvimento institucional", disse.

Foram empossados Jeferson Luiz Pereira Coelho, na vaga destinada ao MPT; Alessandro Tramujas, do Ministério Público de Roraima (MP/RR), Jarbas Soares, do Ministério Público de Minas Gerais (MP/MG), e Tito Amaral, do Ministério Público de Goiás (MP/GO), os quais passam a ocupar as três vagas dos MPs Estaduais; José Lázaro Alfredo Guimarães, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por indicação do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os conselheiros reconduzidos e também empossados na ocasião foram Maria Ester Henriques Tavares, na vaga destinada ao Ministério Público Militar (MPM); Almino Afonso Fernandes, em vaga da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); e Taís Schilling Ferraz, em vaga destinada à indicação do Supremo Tribunal Federal (STF).

Já no dia 23 de agosto, foi realizada solenidade de posse do conselheiro Adilson Gurgel, reconduzido ao cargo, também, para o mandato no biênio 2011/2013. Adilson Gurgel foi empossado pelo procurador-geral da República e presidente do CNMP, Roberto Gurgel, e ocupa pela segunda vez uma das duas vagas destinadas à OAB.

*Informações: Ascom/Conamp

Foto: Ascom/CNMP

ANPT participou das solenidades de posse

ANPT prestigia posse do procurador-geral da República

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, e o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participaram no dia 15 de agosto da solenidade de posse do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, realizada no Salão Leste do Palácio do Planalto, em Brasília.

Na cerimônia, a presidenta da República, Dilma Rousseff, reconduziu Roberto Gurgel ao segundo mandato no cargo de procurador-geral da República. Em seu discurso de posse, Gurgel destacou que se propõe a preservar e assegurar o fortalecimento constante da instituição. "O Ministério Público continuará a agir com independência e crescente interação com os órgãos de controle e demais instituições do Estado, com firmeza e equilíbrio, com uma bem distribuída atuação em todas as áreas em que a Constituição lhe reservou atribuições", disse.

Foto: Ascom/PGR

Presidenta Dilma Rousseff discursou na posse

Ele ainda afirmou que vai dar efetividade à modernização da gestão administrativa e ao Planejamento Estratégico, construído coletivamente, bem como trabalhará na união institucional em diversos planos: entre os ramos, entre os membros, servidores e todos aqueles que trabalham no Ministério Público.

No dia 3 de agosto, o vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, acompanhado do diretor financeiro, Maurício Correia de Mello, acompanhou a sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado que aprovou, por 21 votos a 1, a recondução de Roberto Gurgel ao cargo de procurador-geral da República.

* Com informações: Ascom/PGR

Ministério Público do Trabalho inaugura unidade em Santa Catarina com a presença da ANPT

Foi realizada, no dia 28 de julho, solenidade de inauguração da sede própria da Procuradoria Regional do Trabalho de Santa Catarina (PRT-12). O procurador do Trabalho e delegado da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) no âmbito da 12ª Região, Luiz Carlos Rodrigues Ferreira, representou a entidade na ocasião.

O então procurador-geral do Trabalho, Otavio Brito Lopes, afirmou que a nova sede faz parte do Planejamento Estratégico do Ministério Público do Trabalho (MPT). Disse, também, que essa expansão ajuda procuradores do Trabalho e a sociedade a se aproximarem cada vez mais. "É preciso que se criem soluções eficazes e urgentes para garantir dignidade e bem estar ao trabalhador", observou.

Delegado representou a ANPT na inauguração

Foto: Ascom/PRT-12

Representante do MPT no CNMP é o novo Corregedor Nacional do Ministério Público

Foto: Ascom/CNMP

Jeferson Luiz Pereira Coelho foi eleito por unanimidade

O Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) elegeu, no dia 23 de agosto, durante a 10ª Sessão Extraordinária de 2011, o conselheiro, e subprocurador-geral do Trabalho, Jeferson Luiz Pereira Coelho para o cargo de Corregedor Nacional do Ministério Público. O novo corregedor foi escolhido por unanimidade de votos e exercerá mandato até 2013. "As diretrizes da Corregedoria Nacional serão as mesmas das do Conselho Nacional do Ministério Público", afirmou o corregedor.

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, e o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, acompanharam a sessão, na qual foi aprovado, também, o calendário de sessões para o segundo semestre de 2011 e a composição das Comissões Permanentes do CNMP, com indicação dos presidentes e dos membros.

* Confira no *site* da ANPT as Comissões Permanentes e seus respectivos membros.

Novo procurador-geral do Trabalho recebe visita da ANPT

O presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o diretor financeiro da entidade, Maurício Correia de Mello, estiveram reunidos no dia 23 de agosto com o novo procurador-geral do Trabalho, Luís Antonio Camargo de Melo. Na oportunidade, o grupo parabenizou Camargo de Melo pela posse no cargo, ressaltando o interesse da Associação no sentido de, sempre que possível, trabalhar em conjunto com a Administração na defesa dos interesses da categoria.

A diretoria da ANPT informou ao procurador-geral sobre o ato nacional pela valorização da magistratura e do Ministério Público, que será realizado no dia 21 de setembro pelas entidades associativas das duas categorias, em Brasília, e pediu o apoio do MPT. Nesse sentido, Camargo de Melo deferiu o pedido da Associação, de modo que os procuradores estão formalmente autorizados a se deslocar a Brasília no dia 21 para participar do ato.

Foto: Ascom/PGT

Diretoria convidou oficialmente o novo PGT para participar do 23º ENPT

Palestra motivacional com ex-jogador de vôlei Marcelo Negrão

O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou no dia 21 de julho da palestra motivacional "Movimente-se", proferida pelo ex-jogador de vôlei Marcelo Negrão, para membros do Ministério Público do Trabalho (MPT).

Na abertura do evento, o vice-presidente da ANPT ressaltou ser perceptível na instituição que, ao mesmo tempo em que se fala na imprescindibilidade de uma melhor estrutura física e de um quantitativo significativamente maior de recursos humanos, não são olvidados pleitos atinentes a uma maior capacitação e a um cada vez maior acompanhamento psicológico de membros e servidores do MPT, "cenário no qual se insere, sem dúvida, a motivação, inquestionavelmente relevante, desses membros e servidores", destacou. Ele ainda enfatizou que a trajetória do ex-jogador e campeão olímpico serve de inegável exemplo para todos, não apenas pelos excelentes resultados obtidos ao longo de sua carreira, mas, também, pelo que ensina em termos de trabalho em equipe e superação.

Na palestra, Marcelo Negrão contou sua trajetória de vida, tanto no aspecto profissional quanto no pessoal, e abordou temas como trabalho em equipe, sucesso e superação, de forma dinâmica, com narrativas e imagens demonstrativas.

Projeto aperfeiçoa procedimentos do departamento de recursos humanos do MPT

Foto: Ascom/ANPT

Solenidade do lançamento do DRH Excelência

Foi lançado no dia 16 de agosto, no auditório do Ministério Público do Trabalho (MPT), em Brasília, o projeto DRH Excelência, sob o slogan "Modernidade e transparência na gestão de pessoas do MPT". O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, acompanhado do vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e do diretor financeiro, Maurício Correia de Melo, representou a entidade na ocasião.

Durante a solenidade, o presidente da ANPT ressaltou a relevância de projetos como esse. "Ao lado do planejamento estratégico, do MPT Digital, do Sistema de Inteligência do Ministério Público do Trabalho e de tantos outros projetos lançados na instituição ao longo dos últimos anos, temos de louvar medidas que têm por objetivo aperfeiçoar e otimizar procedimentos relacionados à gestão de pessoas no âmbito do MPT, o que só contribui para uma cada vez mais presente profissionalização da Administração", ressaltou Caixeta.

Para elaboração do projeto, foram mapeadas as áreas de atuação do departamento de recursos humanos, como licença prêmio, férias, auxilio natalidade, aposentadoria, entre outras. A partir de agora o processo de requerimento e procedimento para solicitar esses benefícios podem ser feitos por meio da *intranet*, já estando disponíveis os procedimentos para Licença-prêmio de membros e servidores, auxílio pré-escolar, auxílio natalidade e abatimento de imposto de renda.

ANPT participa de reunião do SIMPT

Foto: Ascom/PGT

Reunião do SIMPT em Natal

A sexta etapa do Seminário Nacional do Sistema de Inteligência do Ministério Público do Trabalho (SIMPT) aconteceu no dia 5 de agosto, em Natal(RN). O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, representou a entidade na reunião, que contou com a participação de procuradores lotados em vários Estados da região Nordeste, e, segundo a Administração do Ministério Público do Trabalho (MPT), teve por objetivo revisar de forma conjunta os instrumentos normativos do SIMPT, consolidar as sugestões propostas e orientar procuradores e servidores envolvidos no projeto sobre procedimentos e rotinas.

Durante a reunião, o vice-presidente da ANPT ressaltou a relevância de se implementar, efetivamente, um sistema de inteligência eficaz no âmbito do MPT, sempre tendo por escopo auxiliar no desenvolvimento do trabalho de membros e servidores e, por conseguinte, numa melhoria dos serviços prestados pela instituição à sociedade, "inegável destinatária do nosso trabalho", enfatizou.

Seminário sobre formação de membros tem participação da ANPT

Foto: Ascom/PGT

Seminário permitiu troca de experiências entre os participantes

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, e o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participaram, no dia 11 de julho, no auditório do MPT, em Brasília, da abertura do Seminário com magistrados do Conselho Geral do Poder Judiciário da Espanha, sobre formação de membros. A solenidade reuniu procuradores do Trabalho de todo o país.

O objetivo do evento foi promover discussões e possibilitar o intercâmbio de informações e experiências sobre a atuação jurídica do MPT e do Conselho Geral do Poder Judiciário da Espanha. Em seu pronunciamento, o presidente da ANPT falou da importância de cursos de aperfeiçoamento para o desenvolvimento das atividades diárias dos procuradores do Trabalho. Caixeta reputou esse seminário como especial "por ser proferida por magistrados do Poder Judiciário da Espanha e permitir uma grande troca de experiências".

CONVÊNIOS ANPT

EMPRESA / INSTITUIÇÃO CONVENIADA	O QUE OFERECE?	COMO UTILIZAR?
LOCALIZA RENT A CAR Endereço: Avenida Bernardo Monteiro nº 1563, Funcionários – Belo Horizonte – MG Pessoa de contato: Carolina Lima E-mail: carolina.lima@localiza.com Telefones: 31 3247-7887	Desconto de 10% sobre a tarifa especial de Km livre (T501) para aluguel de veículos.	O associado deverá informar o código do convênio no momento da reserva pela central 24h Localiza (0800 979 2000) e também no pagamento da locação, nas agências Localiza.
COMPRA CERTA	Descontos exclusivos para associados da ANPT.	O associado deverá acessar o *site*: www.compracerta.com.br
LTR EDITORA Endereço: Rua Jaguaribe 571, Santa Cecília, São Paulo – SP | CEP: 01201-904 Pessoa de contato: Nelson E-mail: redator@ltr.com.br Telefone: 11 2167-1121	Desconto de 30%	O associado deverá manter contato com a editora e comprovar que faz parte do quadro associativo.
CHURRASCARIA PORCÃO Endereço: SCES Tr 2 conjunto 35 Brasília – DF Pessoa de contato: Robson Bezerra Bittencourt Telefone: 61 3223-2002	Desconto de 10% a 20%	O associado terá direito ao desconto de 20% sobre a tarifa integral cobrada nos serviços de rodízio praticados nas lojas do Rio de Janeiro e Niterói e de 10% em Recife, Belo Horizonte
Unibanco	Empréstimos pessoas com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá acessar a área restrita do *site* da ANPT e emitir carta de apresentação
POUPEX	Condições especiais de crédito imobiliário para compra de imóvel, novo ou usado, ou construção em lote próprio.	O associado deverá acessar www.poupex.com.br/psp ou ligar 0800 61 3040 para conferir as vantagens.
Pedra da Laguna Lodge & SPA	Desconto de 20% de sobre o preço das diárias normais, entre outros benefícios.	Acesse a área restrita do ***site*** da ANPT
COOMPERJ Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público no Estado do Rio de Janeiro	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 21 2506-2700
BANCO SANTANDER Telefone: 61 3321-6661	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 61 3321-6661
DYNAMUS	Descontos em diversos eletrodomésticos de diferentes marcas.	O associado deverá acessar o ***site*** www.lojamabecorp.com.br/dynamus
Importadora e distribuidora de vinhos Obra Prima	Preços diferenciados para associados da ANPT	Acesse a área restrita do ***site*** da ANPT para mais informações e para conferir a carta de vinhos
GRUPO CAOA (HYUNDAI, SUBARU) Endereço: Av. Ibirapuera, 2400 Moema. São Paulo - SP | CEP: 04028-002	Veículos das marcas HYUNDAI e SUBARU com preços e condições especiais praticados para frotistas	O associado entrar em contato pelos telefones (11) 5538-1000 e (11) 5053-3030 ou por e-mail: cabral.frotista@caoa.com.br, vendas.frotista@caoa.com.br; rosi.frotista@caoa.com.br
HONDA AUTOMÓVEIS DO BRASIL	Veículos com preços e descontos praticados para frotistas (de 5% a 6,5%).	O associado deverá procurar uma concessionária HONDA e solicitar declaração junto a ANPT comprovando que faz parte do quadro associativo.
QUALICORP Endereço: Calçada dos Gerânios, nº 9, Barueri – SP | CEP: 06453-14 Pessoa de contato: Nilva Ramos Silvino E-mail: nsilvino@qualicorp.com.br Telefones: 61 3701-2221/7811-0462	Plano de saúde coletivo por adesão com preço especial.	O associado deverá entrar em contato pelo telefone 61 3701-2200
APMP - Turismo	Vantagens exclusivas em viagens a trabalho ou a lazer. Convênio válido para todo o território nacional.	Entre em contato com a APMP Turismo por meio do sistema interativo que funciona como um correio eletrônico. Acesse a área restrita do *site* da ANPT para mais detalhes.

Para conferir os outros convênios firmados pela ANPT acesse a área restrita do *site*. O endereço é www.anpt.org.br

Foto: Arquivo pessoal

"O trabalho escravo deve ser considerado um crime contra a humanidade"

Representante da Ordem dos Advogados do Brasil na Conatrae e juiz ad hoc da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Roberto Caldas é um dos militantes na causa do combate ao trabalho escravo no Brasil. O advogado afirma que a aprovação da PEC 438/2001 seria um mecanismo forte para auxiliar o combate ao trabalho escravo no país. Confira a entrevista.

Nos últimos tempos, muitas iniciativas de combate ao trabalho escravo têm sido intensificadas. Como está o andamento desta questão no Brasil?

Estado e sociedade civil uniram-se de modo admirável. Os procuradores do trabalho são elos fundamentais desta corrente, com os quais tenho trabalhado proficuamente como representante do Conselho Federal da OAB na Conatrae. A OAB e a maioria das entidades vêm trabalhando com foco agudo sobre este tema há cerca de dez anos, quando enfim o Estado reconheceu a gravidade dessa chaga. Nesse período, pudemos nos deparar com inúmeras irregularidades praticadas, geralmente, por grandes proprietários rurais, em diversas regiões do Brasil, embora a escravidão urbana também tenha crescido bastante nos grandes centros, com a exploração da mão de obra, sobretudo, de imigrantes ilegais. Mas é bom salientar que este não é um problema brasileiro apenas. A escravidão contemporânea pode ser encontrada em países ricos e pobres, pois seu único intuito é a exploração econômica desses trabalhadores, que não encontram caminhos adequados e qualificados de inserção no mercado de trabalho.

Muitos exploradores de trabalho humano costumam alegar que o conceito de trabalho escravo não seria muito claro no Brasil. O senhor concorda com essa linha argumentativa?

Não vejo dificuldade em se tipificar o trabalho escravo. O que vemos é a existência de situações evidentes, não apenas de descumprimento dos direitos trabalhistas, mas da própria violação de direitos humanos fundamentais, onde nos deparamos com pessoas desprovidas de qualquer elemento que lhe garanta um mínimo de dignidade para trabalhar e viver, e que têm sua liberdade restringida. Acredito que, com uma legislação concisa e eficaz, somada à possibilidade de expropriação das terras do escravagista e a atuação de magistrados que apliquem o direito como instrumento de transformação social, em breve, o trabalho escravo será erradicado em nosso país. Por isso defendo que o trabalho escravo, nos moldes praticados em nosso país, deva ser considerado um crime contra a humanidade e, como tal, seja imprescritível, para que futuros casos não escapem da punição pelas instâncias judiciais, quer no Brasil, quer no exterior.

O que falta, afinal, para a erradicação do trabalho escravo no país?

Em termos de legislação, existe a PEC 438/2001, que prevê a expropriação de terras daqueles que exploram mão de obra escrava, cujo trâmite está paralisado, aguardando votação em segundo turno pela Câmara dos Deputados, desde 2004. A aprovação dessa PEC contribuiria para o rompimento do ciclo hoje existente, no qual se identifica o proprietário malfeitor, porém, nenhuma punição recai sobre ele. O que temos visto é, na prática, a condenação de muitos escravagistas ao pagamento de cestas básicas, algo inadmissível. Isso só não basta. Há que se pensar em medidas duras e efetivas de erradicação dessa prática abominável e degradante, além de políticas de reinserção dos egressos do trabalho escravo.

A persecução criminal daqueles que exploram trabalho escravo tem sido eficaz? O que fazer para intensificar essa linha de atuação, notadamente evitando a repetição daquelas hipóteses em que os crimes acabam por prescrever?

Hoje, estima-se que existam 25 mil trabalhadores brasileiros em situação análoga à de escravo, num universo, também estimado, de 27 milhões de pessoas no mundo inteiro vítimas deste tipo de escravidão contemporânea.

Um problema sério a se destacar é a impunidade gerada pela prescrição que ocorre em muitos processos criminais, especialmente em razão da indefinição da competência para julgamento desses crimes, se da Justiça Federal ou da Estadual.

Em 2006, o Supremo Tribunal Federal definiu que a Justiça Federal é competente para o julgamento de casos de trabalhadores encontrados em situação análoga à escravidão, entendimento que, sinceramente, espero que não mude. Embora aquela decisão viesse sendo confirmada em outros julgados, o debate foi reiniciado no plenário do STF em fevereiro do ano passado, por iniciativa do presidente Cezar Peluso em processo de sua relatoria (RE 459.510). O julgamento está suspenso em razão de vista regimental. Aí mais uma vez o impasse, pois os réus podem sempre suscitar a incompetência da Justiça Federal alegando que a questão está indefinida. Enquanto se debate este aspecto, levando o caso ao STF, o tempo de tramitação é tanto que o processo acaba prescrevendo, o que é lamentável por alimentar um círculo de impunidade.

ANPT participa de inauguração da sede do MPT em Natal

Foto: Ascom/PRT 21

Azevedo Lima em seu discurso na inauguração da PRT em Natal

O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou, no dia 5 de agosto, da inauguração da sede do Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Norte (MPT/RN), em Natal. Segundo ele, as instalações do MPT no Estado estão à altura das "relevantíssimas atribuições ali exercidas, por membros e servidores, na defesa dos direitos sociais".

Ainda em seu pronunciamento, Azevedo Lima frisou que, "temos uma grata satisfação ao nos deparamos com uma estrutura de tamanha qualidade, já que, se nós, na condição de procuradores oficiantes, no exercício de nosso mister constitucional, exigimos de empresas e órgãos públicos que ofertem aos que ali laboram um meio ambiente do trabalho adequado, temos, evidentemente, que dar exemplo em nossa casa, e esta sede da 21ª Região, sem dúvida nenhuma, presta-se a isso com louvor".

A procuradora-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho do RN (PRT-21), Izabel Christina Queiroz Ramos, afirmou que o novo prédio concretiza o espírito institucional ao maximizar sua funcionalidade, atendendo às necessidades da sociedade, recebendo denúncias trabalhistas e processando-as com a maior eficiência possível.

Além do vice-presidente da ANPT e da procuradora-chefe da PRT-21, participaram da inauguração, também, o então Procurador-Geral do Trabalho, Otávio Brito Lopes, o Ministro de Estado da Previdência, Garibaldi Alves Filho, o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Emmanoel Pereira, a Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini, o Senador José Agripino Maia, Deputados Federais e Estaduais, o Conselheiro Nacional do Ministério Público Adilson Gurgel de Castro, os Desembargadores Federais Luiz Alberto Gurgel e José Rego Júnior, representando, respectivamente, as presidências do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (TRT-21), membros da advocacia pública e privada, além de diversas outras autoridades e representantes da sociedade local.

* Com informações: PGT e PRT-21

MPT inaugura unidades baianas de Itabuna e Barreiras

O Ministério Público do Trabalho inaugurou duas novas sedes próprias, nas unidades baianas de Itabuna e Barreiras. Primeira das sete subsedes do MPT na Bahia, a Procuradoria do Trabalho no Município de Itabuna celebrou a abertura das novas instalações no dia 22 de julho. Já no dia 26 de julho, foi a vez da inauguração da PTM de Itabuna. O vice-presidente da Associação Nacional dos procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da solenidade de instalação da primeira

Segundo o vice-presidente da ANPT, mostra-se de inegável relevância a oferta de melhor estrutura para os membros e servidores do MPT em exercício naquela unidade, com o que se acaba por propiciar uma prestação de serviços ainda mais célere e, por conseguinte, de maior qualidade à população. "Parabéns à Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região, parabéns à PTM de Itabuna, mas, acima de tudo, parabéns à sociedade baiana, que, com essas novas instalações da Procuradoria, conta com condições ainda melhores para a continuidade da luta, no sul do Estado, contra toda uma gama de irregularidades trabalhistas que ainda hoje, lamentavelmente, é constatada na região", ressaltou, em seu pronunciamento na solenidade.

Novas instalações propiciarão melhores condições de trabalho

Foto: Ascom/PRT-5